



PT no Senado

Enfrentando a Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)
Ação Parlamentar e Medidas Legislativas 2020-2021*



Comunicação MST: doação de oito toneladas de alimentos a hospital em Curitiba-SC

**PT no Senado:
137 propostas por direitos**

Auxílio emergencial de R\$
600,00 enquanto durar a
pandemia

Vacina para todos

Fortalecimento do SUS e
assistência aos profissionais da
Saúde

Geração e manutenção de
emprego e renda

Mais proteção social

Apoio a Estados e Municípios

Cada vacina, uma vida!

Nesta edição, apresentamos propostas importantes da bancada, com destaque para a aprovação no Senado em 29 de abril, de projeto do senador Paulo Paim (PT/RS) que permite quebra de patentes de vacinas para Covid-19. E não estamos sozinhos. Mais de 80 países, inclusive os EUA, apoiam a medida para transferência de tecnologia, essencial para acelerar a produção de imunizantes em escala global. O líder da bancada, senador Paulo Rocha (PT/PA), afirma o empenho em garantir auxílio emergencial digno, expresso na PEC 02/2021 de sua autoria e em tramitação. Também estão destacados os principais acontecimentos da primeira semana dos trabalhos da CPI da Pandemia. Quadro alarmante para o Brasil e para o mundo, a persistência do Governo Federal em ações de sabotagem e omissão no enfrentamento da grave crise, assim como o colapso da saúde no estado do Amazonas em janeiro tornaram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito uma necessidade premente. A urgência é preservar vidas e garantir dignidade a toda população, compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores.

* Todas as medidas em PT Argumento: 2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk> e 2020 em <https://bit.ly/3tdHVOv>



A maior tragédia humanitária do país

O presidente da República não faz outra coisa senão confirmar a sentença que determinou ao Brasil logo no início do seu mandato. A liderança conservadora em Washington afirmou o caráter do seu governo: **“Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”**.

Uma dessas "coisas", seria o Sistema Único de Saúde (SUS)

responsável pelo atendimento de mais de 70% da população. Dados do IBGE de 2019, portanto, anteriores à pandemia, já revelavam que sete em cada dez brasileiros, ou mais de 150 milhões de pessoas, dependem exclusivamente do SUS. Precisamente 71,5% dos brasileiros têm o sistema público de saúde sua única possibilidade para tratamento. Ignorando os

fatos, o presidente do Brasil chegou destruindo mesmo: Saúde da Família, Mais Médicos, Saúde Indígena para citar apenas algumas entre tantas políticas consagradas dos governos Lula e Dilma e que se não tivessem sido desestruturadas seriam fundamentais no enfrentamento da covid-19. A pandemia veio recrudescer a sanha de Bolsonaro. Entre a desídia e o deboche, o presidente da República segue firme ao lado do vírus, contribuindo dia após dia para agravamento da crise sanitária e dos seus impactos econômicos, sociais e políticos sobre a cidadania. É o que afirmam os números. O foco da CPI da Pandemia, instalada em 27 de abril, é o de apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e, em especial, o colapso da saúde no estado do Amazonas.

Governistas atuaram para incluir governadores e prefeitos na mira da CPI e tirar o foco de Bolsonaro, mas foram contidos pelo Regimento Interno do Senado, que impede investigações de atribuições constitucionais de governantes federativos.

Assim, ao requerimento de origem, foi pensado outro que amplia o escopo dos

trabalhados apenas ao que permite o regimento: o uso de recursos federais a estados e municípios destinados ao combate ao coronavírus e seus impactos.

O Plano de Trabalho da CPI destaca o fato determinado no descontrolado pandêmico impulsionado pela violação de direitos fundamentais básicos de toda a população à vida e à saúde, e por ignorar as orientações científicas de

autoridades sanitárias como a Organização Mundial de Saúde. Expressando em fatos amplamente divulgados: atraso na campanha de vacinação pela recusa das doses da Coronavac e da Pfizer, a morte diária de milhares de pessoas, falta de leitos de UTI, medicamentos e insumos básicos como oxigênio causando mortes por asfixia a exemplo do Amazonas. Ao tempo que surgia a nova variante PI, hospitais também ficaram sem reservas de anestésicos para intubação. Um cenário de horror inaceitável que exige investigação e punição dos responsáveis.

A CPI conta com 11 titulares e sete suplentes. Pela bancada do PT, o senador Humberto Costa (PT-PE) foi indicado como titular, e o bloco partidário indicou o senador Rogério Carvalho (PT-SE) para a suplência.

30 de abril de 2021

14.725.975 casos notificados no total

406.437 óbitos no total

82.401 mortes somente em abril

Vacinação

1ª dose: 31.667.346 pessoas (14,95%)

2ª dose: 15.677.543 (7,4%)

Brasil - mais da metade do total de óbitos por Covid-19 ocorreu nos primeiros quatro meses de 2021: 149.269 mortes



Amazonas: para entender o colapso

Para entender as **mortes por asfixia** no estado do Amazonas e a gravidade dos fatos que indicam crimes de responsabilidade é preciso voltar um pouco no tempo. Em 14 de janeiro de 2021, o Brasil se tornou manchete mundial quando pacientes com Covid-19 internados no Amazonas começaram a morrer asfixiados devido à falta de oxigênio medicinal nos hospitais do estado. Nos dois primeiros dias, 31 pessoas morreram somente em Manaus. Dezenas de outras faleceram na sequência e em outras cidades. Não demorou a surgir várias evidências de que o episódio era criminoso e com digitais de Bolsonaro e seus ministros, em especial, do então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

Em 23 de dezembro de 2020, após o aumento acelerado no número de casos e internações, o governador do estado editou decreto para bloquear atividades não essenciais e assim viabilizar o distanciamento social necessário a interrupção do contágio. Bolsonaro repudiou a medida e o governador recuou. Não demorou para os hospitais lotarem, sobrecarregando o sistema de fornecimento de insumos. Em 7 de janeiro de 2021, a White Martins, empresa contratada pelo governo federal para fornecer oxigênio médico ao Amazonas, enviou mensagem ao Ministério da Saúde alertando sobre a iminente falta de oxigênio. No dia 11 de janeiro, outro e-mail da empresa requisitava ao ministério “apoio logístico imediato” para transporte de oxigênio, solicitando o uso de caminhões do Exército para esse fim.

Enquanto ignorava as mensagens, o governo federal pressionava as autoridades do estado a dar cloroquina aos pacientes. Na data do primeiro e-mail da White Martins (07/01), o ministério encaminhou ofício pressionando a Secretaria de Saúde de Manaus a utilizar “medicações antivirais” nos pacientes: “Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o

papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus, a não adoção da referida orientação”, referindo-se ao protocolo assinado por Pazuello após seus dois antecessores se recusarem a fazê-lo. No dia 11, data do segundo e-mail, Pazuello chegou a Manaus para, entre outras medidas, lançar o aplicativo TrateCOV, criado para “auxiliar os profissionais de saúde na coleta de sintomas e sinais de pacientes visando aprimorar e agilizar

Milhares de vidas poderiam ter sido salvas por ação diligente do Executivo: vacinação universal, ampla testagem, renda digna viável para garantir distanciamento social, impulso a investimentos produtivos e na Saúde, uma campanha nacional de esclarecimento da população da gravidade da pandemia, dos riscos e cuidados necessários tal como o uso de máscaras entre outras.

os diagnósticos da Covid-19”. Após o médico cadastrar sintomas do paciente e comorbidades, a plataforma sugeria a prescrição de medicamentos como hidroxiclороquina, cloroquina, ivermectina, azitromicina e doxiciclina, todas ineficazes contra a Covid-19 e potenciais efeitos colaterais de risco. O ministro voltou a Brasília dia 13 de janeiro, no dia seguinte, pacientes começaram morrer sem ar para respirar.

O colapso em Manaus foi uma tragédia anunciada, provocada por um governo que mesmo devidamente informado dos fatos, mesmo sabendo do surgimento de novas cepas mais agressivas e contaminantes, omitiu-se e operou em sentido oposto, pela estratégia da “imunidade de rebanho” portanto, em prol da contaminação, e por isso, sabotou qualquer iniciativa de proteção à vida.



Réu confesso no papel...

Documento da própria Casa Civil, divulgado pela imprensa e confirmado pelo ministro da pasta, trouxe a sistematização do conjunto negligente do governo no enfrentamento da pandemia. Consiste em uma tabela enviada a 13 ministérios para que preparassem respostas às “acusações” mais frequentes sobre a atuação do governo federal no enfrentamento à covid-19, consolidando um roteiro de 23 itens, uma verdadeira confissão dos mais diversos delitos.

1. O governo foi negligente com processo de aquisição e desacreditou a eficácia da CoronaVac (que atualmente se encontra no PNI [Programa Nacional de Imunização]).
2. O governo minimizou a gravidade da pandemia (negacionismo).
3. O governo não incentivou a adoção de medidas restritivas.
4. O governo promoveu tratamento precoce sem evidências científicas comprovadas.
5. O governo retardou e negligenciou o enfrentamento à crise no Amazonas.
6. O governo não promoveu campanhas de prevenção à covid.
7. O governo não coordenou o enfrentamento à pandemia em âmbito nacional.
8. O governo entregou a gestão do Ministério da Saúde, durante a crise, a gestores não especializados (militarização do MS).
9. O governo demorou a pagar o auxílio-emergencial.
10. Ineficácia do Pronampe [programa de crédito].
11. O governo politizou a pandemia.
12. O governo falhou na implementação da testagem (deixou vencer os testes).
13. Falta de insumos diversos (kit intubação).
14. Atraso no repasse de recursos para os Estados destinados à habilitação de leitos de UTI.
15. Genocídio de indígenas.
16. O governo atrasou na instalação do Comitê de Combate à Covid.
17. O governo não foi transparente e nem elaborou um plano de comunicação de enfrentamento à covid.
18. O governo não cumpriu as auditorias do TCU durante a pandemia.
19. Brasil se tornou o epicentro da pandemia e “covidário” de novas cepas pela inação do governo.
20. General Pazuello, general Braga Netto e diversos militares não apresentaram diretrizes estratégicas para o combate à covid.
21. O presidente Bolsonaro pressionou [os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique] Mandetta e [Nelson] Teich para obrigá-los a defender o uso da hidroxicloroquina.
22. O governo federal recusou 70 milhões de doses da vacina da Pfizer.
23. O governo federal fabricou e disseminou fake news sobre a pandemia por intermédio do seu gabinete do ódio.



... e negacionista no discurso: Bolsonaro por ele mesmo

Por meio da imprensa, é possível constatar o presidente da República confirmando com suas próprias palavras sua intenção de impor ao país sua tese de imunidade de rebanho sem vacina. Tudo indica que Bolsonaro agiu deliberadamente para que a maioria da população fosse contaminada para alcançar anticorpos contra o vírus. Ele mimetizou o governo conservador do Reino Unido, que chegou a adotar tal prática mas logo abandonou com o aumento do número de mortos. Agarrou-se a Suécia que refutou o lockdown por alguns meses até atingir o descontrole pandêmico que obrigou aquele país a reverter. Mesmo depois dos fracassos documentados, o presidente segue afirmando premissas mentirosas. Pessoas contaminadas ficariam imunes ao criar anticorpos: não, casos de reinfeção são comuns como demonstram os números e especialmente após o surgimento das novas variantes. Mais, pessoas contaminadas tem apresentado sequelas com riscos à saúde e demandando cuidados. Persistir no contágio tem por consequência arriscar a vida de milhares de pessoas. O conjunto da obra não deixa dúvidas sobre a necessidade de investigar e punir os responsáveis.

"Lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre, ninguém nunca negou que não vai haver mortes".

"O brasileiro não pega nada"...Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha e não acontece nada com ele".

"Eu acho até que muita gente foi infectada no Brasil, há poucas semanas ou meses, e ele já tem anticorpos que ajuda a proliferar isso daí".

"A orientação vai ser o [isolamento] vertical daqui pra frente".



Foto: Alan Santos/PR

"O vírus vai atingir 70% da população, infelizmente é uma realidade".

"muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde".

"Vamos falar da Suécia? Pronto! A Suécia não fechou".



CPI da Pandemia: desinformação e mentiras que matam

Os depoimentos no decorrer da primeira semana confirmaram as linhas investigativas do plano de trabalho. Foram ouvidos os ex-ministros da Saúde do governo Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, o mais longo no cargo e Nelson Teich, de curta passagem, além do atual ministro, Marcelo Queiroga. Os depoimentos são mais do que reveladores. Vale destaque a ausência marcante do general Eduardo Pazuello. Caberá a ele responder sobre o colapso de Manaus. Convocado para o dia 5, alegou suspeita de coronavírus e teve oitiva adiada para o próximo dia 19.

Mandetta: imunidade de rebanho e a cloroquina, peça-chave da propaganda negacionista

O primeiro a depor em 4 de maio último, o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, confirmou aos senadores que o presidente da República assumiu o risco de expor a população ao vírus em busca de imunidade coletiva ou de rebanho que pressupõe acelerar o contágio para produzir anticorpos à doença. Ele alegou que não partiu do Ministério da Saúde a orientação para a produção em massa de cloroquina pelo Exército para o combate ao novo coronavírus, pois a Fiocruz detinha quantidade suficiente do medicamento para o tratamento do que é indicado, a malária. E para espanto dos presentes, afirmou: "O entendimento era de que as pessoas moram aglomeradas, moram em favelas, moram sem esgoto. O brasileiro vai se contaminar e vai morrer só quem tem que morrer. E embarcaram nessa teoria". Mandetta acrescenta que Bolsonaro ignorou a gravidade da pandemia e, para comprovar, apresentou à CPI carta enviada ao presidente, datada de 28 de março de 2020, com previsões e alertas sobre o colapso na Saúde. Ao projetar o alto número de mortes ao presidente, teria recomendado não ignorar a ciência e que adotasse o isolamento social. O ex-ministro afirmou ainda que Bolsonaro recebia aconselhamento de fora do Ministério da Saúde, um "assessoramento paralelo". O senador Humberto Costa avalia que a CPI extraiu do ex-ministro Mandetta informações importantes sobre a gestão da pandemia feita por Bolsonaro. Além da confirmar a opção do governo pela estratégia nefasta de "imunidade de rebanho", infectando propositadamente a população, o depoimento confirmou o papel decisivo do ministro da Economia, Paulo Guedes; confirmou a revelação de que Bolsonaro manifestou insatisfação com as medidas de isolamento e que, em conversa com o governador de Goiás, Bolsonaro, em tom de brincadeira, sugeriu que era preciso espalhar a Covid-19; a recusa da Secretaria de Comunicação do governo de fazer qualquer campanha educativa; e o fato de que filhos do presidente e outras pessoas que não faziam parte do Executivo federal costumavam participar de reuniões ministeriais sobre a pandemia.

Para o senador Humberto Costa: "A posição do governo leva a conclusão de que o presidente assumiu por conta e risco a adesão a tese da busca da imunidade de rebanho. Essa foi a linha que Bolsonaro adotou. Tanto que ele várias vezes falou que isso seria como chuva, que todo mundo iria se molhar. Se isso for verdade, é uma ação altamente criminosa. Sabendo-se, inclusive, das consequências em termos do número de mortes".

O senador Humberto Costa ressalta: "Foi importante ele dizer que parte disso aí se deveu ao Paulo Guedes, que o tempo inteiro ficava pressionando o Ministério da Saúde para que não se adotassem as medidas de isolamento social. Paulo Guedes certamente fez parte desse conluio que adotou a estratégia de provocar o adoecimento das pessoas".

Teich: sem autonomia e pressões por cloroquina

Em 5 de maio foi a vez de Nelson Teich revelou ter deixado o cargo de ministro da Saúde porque não tinha autonomia para conduzir a pasta e discordava do presidente da República a respeito do uso da cloroquina. Afirmou que Bolsonaro atuou indevidamente interferindo para a produção e distribuição em larga escala deste medicamento. Assim como Mandetta, Teich declarou que não passou por ele a decisão de produzir cloroquina pelo Exército: “Não participei disso. Minha convicção era de que não havia evidência na eficácia da cloroquina. Eu tinha uma posição muito clara”. E completou: “Cloroquina é um medicamento que tem efeitos colaterais; tínhamos preocupação com o uso indevido”. O senador Rogério Carvalho destaca que a CPI está diante de um “delito continuado” praticado pelo presidente ao impedir a medida mais eficaz de combate à pandemia que é o distanciamento social: “Se podemos falar em delito continuado, temos hoje mesmo o presidente da República ameaçando assinar um decreto para acabar com as restrições de circulação de pessoas determinadas por prefeitos e governadores. Justamente aquilo que minimamente reduziu a circulação do vírus no País e que se mostrou mais eficaz na expansão do contágio que é o isolamento social. E ele faz isso desde o começo da pandemia”, criticou.

Queiroga: na defensiva por um governo indefensável

O atual ministro da Saúde foi ouvido em 6 de maio. Marcelo Queiroga abandonou a ciência diversas vezes durante seu depoimento à CPI, ao recusar-se a responder sobre o uso indevido da cloroquina. Em clara contradição, afirmou ter autonomia na pasta ao mesmo tempo que admitiu não ter sido consultado, tampouco está acompanhando a formulação do decreto anunciado por Bolsonaro em tom de ameaça para barrar as medidas restritivas de governadores e prefeitos necessárias para o controle do contágio. Não conseguiu evitar de responder como corretas tais medidas: “Toda aglomeração deve ser dissuadida, independente de quem faça”. Tentando equilibrar-se entre refutar teses negacionistas e blindar o presidente, esquivou-se ao limite.

O senador Humberto Costa apontou a contradição: “O ministro defendeu o uso de máscaras. Mas o presidente sempre combateu o uso de máscaras e incentivou aglomerações. A queda recente do número de casos e de mortes não caiu do céu. Isso é resultado de um processo de isolamento que aconteceu por iniciativa única e exclusivamente dos governadores e prefeitos. O ministro passou o tempo todo se esquivando de dizer o que seu pensamento leva como consequência. Na verdade, o presidente da República tem sido um aliado do vírus e não um aliado no enfrentado ao vírus”. Por fim, foi obrigado a admitir que o anúncio de 560 milhões de doses de vacinas já contratadas não corresponde a verdade e não soube dizer qual é o número real de doses garantidas.

Os depoimentos colhidos até aqui não deixam dúvidas da responsabilidade de Bolsonaro no descontrole da pandemia: a semana termina com 419.144 mortos. A agenda da CPI retorna dia 11 com Anvisa e Pfizer.

O senador Rogério Carvalho afirmou: “O senhor terá o apoio do Congresso Nacional. Como no ano passado foi o Congresso Nacional que adotou o auxílio emergencial de 600 reais, foi o Congresso que aprovou a lei que obrigava o uso de máscara e foi vetada pelo presidente. Foi o Congresso que tomou todas as iniciativas que ajudaram a combater a pandemia, junto com a pressão da sociedade, com a mídia e com o Judiciário. Mas tivemos um grande sabotador, um grande adversário, um grande promotor da pandemia: Jair Bolsonaro. Foi ele que proibiu o uso de máscaras, aglomerou e se negou a comprar vacinas”



O PT em defesa da vida: 137 medidas*

Acompanhe as medidas legislativas da bancada do PT no Senado Federal para o enfrentamento da grave crise sanitária do novo coronavírus e seus impactos. Os senadores Paulo Rocha (líder), Humberto Costa, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Paim e Rogério Carvalho; e a senadora Zenaide Maia somam esforços para atender a múltiplas dimensões da cidadania e impedir retrocessos flagrantes de direitos constitucionais contidos nas propostas do governo. Projetos de lei, requerimentos e outros instrumentos de ação parlamentar são formulados com prioridade em assegurar renda básica digna à população, vacinas, leitos, apoio ao SUS e a profissionais de Saúde, emprego e renda, além de recursos para estados e municípios.

Conheça todas as medidas em:
2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk>
2020 em <https://bit.ly/3tdHVQv>

Destaques em tramitação

PEC 2/2021 - Dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600,00, excluindo tal despesa do teto de gastos.

PL 5494/2020 - estabelece a manutenção do auxílio e emergencial de R\$ 600,00 e outras medidas excepcionais de proteção social

PL 4106/2020 de criação do Mais Bolsa Família, projeto que amplia o consagrado programa petista.

Auxílio Emergencial

Em 2020, a bancada de senadores do PT apresentou diversas propostas de garantia do auxílio emergencial, combatendo a pretensão infame do governo Bolsonaro de pagar apenas R\$ 200,00 mensais. O avanço das negociações na Câmara e no Senado derrotou o governo e um projeto alternativo foi aprovado: a Lei nº 13.982/2020 que fixou benefício entre R\$ 600 e R\$ 1.200,00, por três meses. A vitória do PT e de partidos de oposição, foi crucial para combater a fome e um desastre econômico ainda maior.

Em 2021, o Governo Federal reduziu drasticamente o valor do benefício, instituindo o montante de quatro parcelas mensais de R\$ 250,00 por família. É a imposição da miséria como política de governo. O PT no Senado seguirá empenhado em recuperar o valor de R\$ 600,00 mensais enquanto durar a pandemia.

* Conheça todas as medidas na íntegra em PT Argumento: 2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk> e 2020 em <https://bit.ly/3tdHVQv>



Projeto aprovado

PL 12/2021 - Atende à Chamada Global pela Quebra de Patentes das Vacinas contra a Covid-19

Destaques em tramitação

PL 214/2021 - dispõe sobre aquisição de doses de vacinas e transferências federais a estados e municípios.

PL 8/2021 - estabelece grupo super prioritário para acesso a vacinas e vacinação residencial a pessoas com dificuldade de locomoção

PL 5/2021 - estabelece prazo de 72 horas para a Anvisa autorizar a importação e distribuição de vacinas, medicamentos, materiais, equipamentos e insumos registrados por autoridade sanitária estrangeira.

Vacinação universal e gratuita

O Plano Nacional de Imunização (PNI), antes uma referência mundial em vacinação, foi implodido. Sem estoques de vacina suficientes e planejamento e logística adequados, no sentido oposto do crescimento exponencial do número de casos e de óbitos, o cronograma vem sendo semanalmente revisado para menos. E mesmo ante o descontrole da taxa da transmissão, a família Bolsonaro segue fustigando a vacina chinesa, em cenas despidoras de xenofobia. Sua guerra ideológica, porém, é cortina de fumaça. Seu embate é contra a vacinação universal. Em 2020, recusou três ofertas da norte-americana Pfizer, não atuou diplomaticamente por importações tempestivas da Rússia e da Índia e assim foi perdendo o momento crucial para as encomendas, ficando agora a mercê dos excedentes da União Européia, Estados Unidos, desde a posse de Joe Biden, Reino Unido, Canadá, países do Oriente Médio e todos aqueles que priorizaram aquisição de vacinas em quantidades maiores do que o total da população.

Fortalecimento do SUS

O fracasso do governo federal na gestão da crise sanitária provocou o crescimento acelerado da transmissão do vírus e sua interiorização, levando ao colapso o Sistema Único de Saúde. Em razão da necessidade de enfrentar os problemas decorrentes do desfinanciamento, agravados com a aplicação do teto de gastos a partir da EC 95/2016, e da omissão do governo na gestão da saúde pública, a bancada do PT no Senado apresentou uma gama expressiva de projetos voltada ao SUS, desde a implantação de novas fontes de recursos para apoio a estados e municípios até o fim do teto de gastos, e a proteção dos trabalhadores envolvidos no tratamento e combate à doença.

Projeto aprovado

PL 2324/2020 - disciplina o uso compulsório de leitos de UTI. O projeto possibilita a utilização compulsória de leitos privados de UTI disponíveis durante à pandemia pelos entes federativos a fim de garantir a internação de pacientes acometidos de Síndrome Aguda Respiratória Grave ou com suspeita ou diagnóstico de Covid-19.

* Conheça todas as medidas na íntegra em PT Argumento: 2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk> e 2020 em <https://bit.ly/3tdHVQv>



Projetos aprovados

PL 2981/2020 - confere prioridade para restituição do imposto de renda a trabalhadores da saúde e contribuintes que perderam o emprego em 2020.

PL 4528/2020 - dispõe sobre acesso a crédito dispensando certidões e exigências de garantias de dívidas.

Destaques em tramitação

PLP 34/2021 - Institui moratória para os débitos tributários relativos ao Simples Nacional.

PL 3570/2020 - Institui a Lei de Proteção dos Trabalhadores de Aplicativos de Transporte Individual Privado ou Entrega de Mercadorias (LPTA).

Geração e manutenção de empregos e renda

A economia já vinha dando sinais de fraqueza quando a pandemia eclodiu e fez piorar o quadro de incertezas a respeito do governo Bolsonaro. A covid-19 também aumentou a desigualdade social no país, em uma espiral de empobrecimento, o desemprego avançou, a renda per capita e o poder aquisitivo das famílias caíram, sem previsão de uma recuperação rápida da atividade econômica. O governo neoliberal de Bolsonaro prioriza o mercado e aproveita a pandemia para acelerar o projeto privatista do Estado, que aprofunda as desigualdades, retirando mais direitos e gerando o empobrecimento dos trabalhadores. Para preservar empregos e renda, os senadores do PT desenvolveram projetos em benefício dos trabalhadores intermitentes, de microempreendedores individuais e microempresários. Para o setor privado, foram formuladas linhas de crédito emergencial, de capital de giro e isenções e subvenções econômicas vinculadas à garantia de empregos. Muitos foram os projetos apresentados voltados a profissionais das artes e da cultura, agricultores familiares e pescadores artesanais, pesquisadores acadêmicos.

Mais proteção social

Para o enfrentamento a uma série de violações dos direitos humanos que se agravam durante a pandemia da Covid-19, a bancada do PT no Congresso Nacional atuou na defesa e aprovação de propostas para a garantia e a ampliação dos mecanismos e ações para a identificação e prevenção das diversas violações que atentam contra a integridade física e mental da população. Além disso, medidas de proteção a famílias foram apresentadas para evitar cortes de serviços públicos (energia, luz, gás, telefonia, água e esgoto) e de garantia de moradia. Outras medidas tratam da prevenção e combate à violência doméstica durante a pandemia e, vale ressaltar a participação efetiva do PT na formulação do PL 2630/2020 (PL das Fake News), voltado para o combate à desinformação e mentiras nas plataformas e redes.

Projeto aprovado

PL 2179/2020 - obriga a identificação e registro de marcadores étnico-raciais nos casos de Covid-19, pelos órgãos e instituições de saúde dos dados relativos a idade, gênero, condição de deficiência e localização dos pacientes atendidos em decorrência da infecção pelo novo coronavírus.

* Todas as medidas em PT Argumento: 2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk> e 2020 em <https://bit.ly/3tdHVOv>



Destaques em tramitação

PLP 14/2021 - Suspende a execução de contragarantias pela União de dívidas decorrentes de contratos de operações de crédito celebrados entre instituições multilaterais e Estados e Municípios.

PLP 13/2021 - Dispõe sobre suspensão dos pagamentos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidos no exercício financeiro de 2021, referentes a operações de crédito interno celebradas com o sistema financeiro.

PLP 1/2021 - prevê que os recursos de saúde transferidos aos entes subnacionais, voltados ao enfrentamento à pandemia e a seus efeitos sanitários, não serão contabilizados na meta de resultado primário em 2021.

Apoio a estados e municípios

Enquanto o mundo luta para conter a expansão da Covid-19, no Brasil, Bolsonaro agrava a crise, criando impasses com os governos estaduais e municipais. Ignora a eficácia de uma gestão coordenada do governo federal capaz de conciliar os interesses dos entes da federação, compatibilizando ações e canalizando demandas para dar respostas à crise sanitária, como ocorreu com a pandemia da gripe H1N1. A bancada do PT segue alerta à necessidade de ação articulada com estados e municípios para melhor atender à população. Em 2020, o PT aprovou emenda ao PLP 39/2020, que deu origem a Lei Complementar no 173/2020, de auxílio aos estados e municípios, viabilizando aumento dos repasses para os estados, o que foi fundamental para o financiamento do combate à pandemia. Pelo destaque do PT foram acrescidos mais 5 bilhões de reais aos estados (de 25 para 30 bi) e os municípios puderam renegociar suas dívidas com a previdência.

Conheça todas as medidas :
2021 em <https://bit.ly/3b2kzHk>
2020 em <https://bit.ly/3tdHVQv>



Senadores do PT

Paulo Rocha- PA - Líder da Bancada

Humberto Costa - PE

Jaques Wagner - BA

Jean Paul Prates - RN

Paulo Paim - RS

Rogério Carvalho - SE

Esta é uma publicação da Liderança do PT no Senado

Edição: Núcleo de Informação e Documentação

Fonte:

PT Argumento – Lideranças do PT no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
Coronavírus/Covid-19 - A Pandemia no Brasil e Medidas para o seu Enfrentamento - Verbetes (Livre Acesso). Brasília, 2021. Disponível em <https://bit.ly/33t3dzg>

7 de Maio de 2021